

BALANÇO			
Companhia Nacional de Abastecimento - Conab			
CNPJ no 26.461.699/0001-80			
BALANÇO PATRIMONIAL			
2º Trimestre de 2023			
ATIVO	NOTA	VALORES EM R\$ MIL	
		30/06/2023	31/12/2022
CIRCULANTE		1.205.875	1.062.042
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	4.1	450.905	328.533
Aplicações Financeiras		1.181	1.135
Recursos Liberados pelo Tesouro		449.724	327.398
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	5	5.834	2.863
Clientes	5.1	5.834	2.863
Fat. Dupl. a Rec. - Prestação de Serviços		5.834	2.863
Fat. Dupl. a Rec. - Prestação de Serviços		5.961	3.175
(-)Ajuste Perdas Demais Créditos e Valores		(127)	(312)
DEMAIS CRÉD. E VAL. A CURTO PRAZO	6	553.798	527.747
Adiantamentos Concedidos	6.1	25.397	5.354
Adiantamentos a Pessoal		25.397	5.354
Tributos a Recuperar/Compensar	6.2	172.348	176.838
Créditos Tributários		172.348	176.838
Outros Créd. a Rec. e Valores a Curto Prazo	6.3	356.053	345.555
Valores em Trânsito Realizáveis a Curto Prazo		18	160
Créditos a Rec. Decor.de Infrações Leg. e Contratuais		28	32
Créditos a Rec. por Reembolso Salário Maternidade		6	0
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal		382	227
Créditos a Rec. por Alienação de Bens Móv/Imóveis		1.500	4.997
Créditos a Rec. de Ac. Financ. c/Serv. e Ex-Servidores		62.887	55.650
Recursos da União		79.991	97.599
Créditos Parcelados		2.847	5.082
Créditos a Receber por Cessão de Créditos pela União		208.394	181.808
ESTOQUES	7	192.297	202.898
Mercadorias para Revenda		108.589	119.047
Materiais em Trânsito		1.448	0
Almoxarifado, Estoques para Distribuição e Outros		1.659	1.740
Estoques para Doação e/ou Permuta		1	1
Compra Antecipada - Entrega Futura		80.600	82.110
VPDS PAGAS ANTECIPADAMENTE	8	3.041	1
Despesas Antecipadas		3.041	1
NÃO CIRCULANTE		1.545.655	1.480.867
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.422.610	1.356.604
Créditos a Longo Prazo		0	29
Clientes	5.2	0	29
Faturas/Duplic. a Receber - Prestação de Serviços		0	29
Faturas/Duplic. a Receber - Prestação de Serviços		0	29
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	6.4	1.422.610	1.356.575
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		48.276	48.214
Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo		1.374.334	1.308.361
Créditos a Receber por Cessão de Créditos p/União		1.338.790	1.273.277
Créditos a Receber por Alienação de Bens Móv./Imóveis		17.298	17.298
Créd. a Rec. p/Acerto Financ. c/Serv. e Ex-Servidores		2.687	2.749
Créditos Parcelados		15.559	15.103
Títulos a Receber		0	3
(-)Ajustes Perdas Demais Créditos e Valores		0	(69)
INVESTIMENTOS	4.5	6.287	6.289
Participações Permanentes		4.292	4.292
Participações Avaliadas pelo Método de Custo		14.763	14.763

Continua

ATIVO	NOTA	VALORES EM R\$ MIL	
		30/06/2023	31/12/2022
(-)Redução ao Valor Recuperável de Investimentos		(10.471)	(10.471)
Propriedades para Investimento		1.995	1.995
Bens Imóveis não Destinados a Uso		2.850	2.850
(-)Depreciação Acumul. Invest. – Cons. Propriedades		(855)	(855)
Demais Investimentos Permanentes		0	2
Demais Investimentos Permanentes		0	2
IMOBILIZADO	4.7	116.727	117.915
Bens Móveis		8.450	7.549
Bens Móveis		111.597	111.015
(-)Depreciações		(102.991)	(103.310)
(-)Redução ao Valor Rec. de Imobilizado - Móveis	4.8	(156)	(156)
Bens Imóveis		108.277	110.366
Bens Imóveis		333.642	333.486
(-)Depreciações		(224.205)	(222.155)
(-)Amortizações		(1.160)	(965)
INTANGÍVEL	4.7.1	31	59
TOTAL		2.751.530	2.542.909

PASSIVO	NOTA	VALORES EM R\$ MIL	
		30/06/2023	31/12/2022
CIRCULANTE	9	1.099.894	915.980
OBRIGAÇÕES TRAB. PREV. E ASSIST. A PAGAR	9.1	248.928	103.833
Pessoal a Pagar		181.800	73.978
Benefícios Assistenciais		529	412
Encargos Sociais a Pagar		66.599	29.443
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO		850.966	812.147
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	9.2	13.841	37.006
Fornecedores Nacionais		3.208	6.530
Contas a Pagar Credores Nacionais		10.633	30.476
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	9.3	1.576	21.713
Obrig. Fiscais com a União, Est. e Municípios		1.576	1.582
IRPJ e CSLL a Recolher		0	20.131
Demais Obrigações a Curto Prazo		835.549	753.428
Adiantamentos de Clientes	9.4	85	1.875
Dividendos	9.6	14.545	13.680
Consignações	9.6	42.622	15.755
Depósitos Judiciais	9.6	2.549	16
Depósitos e Cauções Recebidos	9.6	3.790	5.950
Indenizações, Restituições e Compensações	9.6	286	2.049
Diárias a Pagar	9.6	59	66
Entidades Credoras	9.5	426.027	403.124
Entidades Credoras - Est., DF e Municípios	9.6	1.197	1.197
Valores em Trânsito Exigíveis	9.6	33	4
Subvenções a Pagar	9.6	121	1.454
Entidades Privadas	9.7	44.728	91.251
Transferências Financeiras a Comprovar - TED	9.8	299.507	217.007
NÃO - CIRCULANTE		1.344.127	1.280.208
PROVISÕES A LONGO PRAZO	10	363.035	359.382
Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios a Conceder		6.787	6.787

Continua

PASSIVO	NOTA	VALORES EM R\$ MIL	
		30/06/2023	31/12/2022
Provisão para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo		276.258	289.935
Provisão para Riscos Fiscais a Longo Prazo		15.153	15.796
Provisão para Riscos Cíveis a Longo Prazo		64.837	46.864
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	11	981.092	920.826
Depósitos e Cauções Recebidos		652	652
Entidades Privadas de Previdência		980.440	920.174
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	307.509	346.721
Capital	12.1	302.801	302.801

Continua

PASSIVO	NOTA	VALORES EM R\$ MIL	
		30/06/2023	31/12/2022
RESERVAS		43.920	43.920
Reservas de Lucros	12.2	43.920	43.920
Reserva Legal		2.880	2.880
Reserva de Retenção de Lucros		41.040	41.040
RESULTADOS ACUMULADOS		(39.212)	0
Resultado do Período		(39.212)	0
TOTAL		2.751.530	2.542.909

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

2º Trimestre de 2023 e 2022

DETALHAMENTO	NOTA	VALORES EM R\$ MIL			
		30/06/2023	30/06/2022	01/04/2023 a 30/06/2023	01/04/2023 a 30/06/2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14.1	59.605	60.360	28.378	31.765
(-)CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS		37.350	41.183	15.678	22.022
CMV - Estoques Reguladores - PGPM/MO	14.2	69.485	87.914	30.491	43.062
EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	14.3	32.135	46.731	14.813	21.040
LUCRO BRUTO	14.4	22.255	19.177	12.700	9.743
(-)DESPESAS OPERACIONAIS	14.5	668.614	567.327	414.927	276.513
(-)DESPESAS DE PESSOAL		580.280	484.628	372.385	229.768
Remuneração a Pessoal		355.861	231.618	234.262	122.479
Sentenças Judiciais		16.543	24.798	9.803	7.948
Obrigações Patronais		125.841	91.180	83.003	43.945
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência		61.844	54.387	33.428	27.553
Benefícios a Pessoal		22.541	22.044	11.454	11.182
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil		(2.350)	60.601	435	16.661
(-)DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS		88.334	82.699	42.542	46.745
Consumo de Materiais		2.570	5.094	1.370	1.969
Diárias		1.401	1.353	737	966
Serviços Técnicos Profissionais - Pessoa Física		1.130	622	676	355
Serviços Técnicos Profissionais - Pessoa Jurídica		67.645	68.600	33.166	40.861
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		4.012	6.287	908	2.777
Outras Despesas Operacionais		11.576	743	5.685	(183)
(+)RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	14.6	30.178	40.035	7.962	17.351
Multas e Juros de Mora		2.052	1.119	(12)	658
Indenizações e Restituições		5.918	5.325	893	3.732
Receitas de Valores Mobiliários		39	27	39	25
Receitas Diversas		22.169	33.564	7.042	12.936
(+)OUTROS RESULTADOS	14.7	392	13.810	307	(3)
Alienação de Bens Móveis		406	(1)	297	(1)
Alienação de Bens Imóveis		0	15.636	0	0
Desincorporação de Ativos		(26)	(1.825)	(2)	(2)
Incorporação de Ativos		12	0	12	0
Alienação de Bens Móveis		406	(1)	297	(1)
Alienação de Bens Imóveis		0	15.636	0	0
Desincorporação de Ativos		(26)	(1.825)	(2)	(2)
Incorporação de Ativos		12	0	12	0
RESULTADO ANTES DAS DESP. E RECEITAS FINANCEIRAS		(615.789)	(494.305)	(393.958)	(249.422)
(+/-)RESULTADO FINANCEIRO	14.8	2.393	2.197	1.092	1.297
Despesas Financeiras		(868)	(7)	(427)	(6)
Receitas Financeiras		3.261	2.204	1.519	1.303
RESULTADO ANTES DAS SUBVENÇÕES DO TES. NACIONAL		(613.396)	(492.108)	(392.866)	(248.125)
(+)SUBVENÇÕES DO TESOURO NACIONAL	14.9	574.184	555.747	325.447	252.451
Repasse Recebidos para Custeio/Pessoal		574.184	555.747	325.447	252.451
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(39.212)	63.639	(67.419)	4.326
Imposto de Renda		0	10.902	(4.832)	760
Contribuição Social S/o Lucro Líquido		0	4.026	(1.785)	283
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	12.3	(39.212)	48.711	(60.802)	3.283
LUCRO POR AÇÃO		(21,08)	26,19	(32,69)	1,77

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
2º Trimestre 2023 e 2022

DESCRIÇÃO	NOTA	VALORES EM R\$ MIL	
		30/06/2022	30/06/2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro Líquido do Período		(39.212)	48.711
Ajustes por:			
Depreciações e Amortizações		3.070	3.747
Provisões para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Cíveis		3.653	13.560
Alienação de Bens		(406)	(1.310)
IRPJ e CSLL sobre o Resultado do Período		0	14.928
Incorporação por Doação de Bens Patrimoniais		(12)	0
Desincorporação de Investimentos		2	0
Desincorporação por Cessão de Bens Cedidos		0	1.823
Outras Baixas de Bens		24	2
Redução a Valor Recuperável de Investimentos		0	(29)
Variações de Ativos e Passivos		156.713	(28.825)
Clientes e Outros Créd. a Receber e Valores a Pagar		(65.670)	527.304
Créditos Tributários		(4.078)	(346)
IRPJ e CSLL a Recuperar Compensar		(6.617)	(15.133)
Dividendos		865	0
Encargos Sociais a Pagar		37.156	3.598
Adiantamentos e Pessoal a Pagar		86.155	(9.073)
Despesas Antecipadas		(3.040)	(1.725)
Operações Especiais e Estoques		10.601	4.126
Ativos a Classificar		0	(964)
Consignações e Fornecedores		3.702	(28.912)
Depósitos e Cauções Recebidos		(2.160)	(10.585)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(4.952)	0
Entidades Credoras		22.903	6.232
Adiantamentos de Clientes		(1.790)	(516)
Recursos Vinculados		2.471	(331)
Passivos em Liquidação a Classificar		0	1.218
Subvenções a Pagar		(1.333)	0
Transferências Financeiras a Comprovar - TED		82.500	(503.718)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	13.1	123.832	52.607
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aplicações no Imobilizado e Intangível		(1.874)	(533)
Recebimentos por Vendas de Ativos Permanentes		414	1.592
FLUXO DE CAIXA ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	13.2	(1.460)	1.059
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
FLUXO DE CAIXA ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	13.3	0	0
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO		122.372	53.666
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	13.4	122.372	53.666
No Início do Exercício		328.533	297.037
No Final do Exercício		450.905	350.703

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Até o 2º trimestre de 2023 e 2022

DETALHAMENTO	NOTA	VALORES EM R\$ MIL			
		30/06/2022	30/06/2023	01/04/2023 a 30/06/2023	01/04/2022 a 30/06/2022
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		(39.212)	48.711	(60.802)	3.283
(+/-)Outros Componentes do Resultado Abrangente		0	0	0	0
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		(39.212)	48.711	(60.802)	3.283

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

JOÃO EDEGAR PRETTO
Diretor-Presidente

ROSA NEIDE SANDES DE ALMEIDA
Diretora-Executiva Administrativa, Financeira e de Fiscalização

SÍLVIO ISOPPO PORTO
Diretor-Executivo de Política Agrícola e Informações

LENILDO DIAS DE MORAIS
Diretor-Executivo de Gestão de Pessoas

THIAGO JOSÉ DOS SANTOS
Diretor-Executivo de Operações e Abastecimento

ELINALDO JOSÉ DA ROCHA
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC DF 025579/O-7 CPF:***.269.501-**

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
2º Trimestre de 2023 e 2022

DESCRIÇÃO	VALORES EM R\$ MIL			
	30/06/2023	%	30/06/2022	%
1.RECEITAS	64.154	11,65	78.743	14,07
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	63.762	11,58	64.934	11,60
1.2 - Outras Receitas	392	0,07	13.809	2,47
2.INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	118.087	21,45	113.391	20,26
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	37.350	6,78	41.183	7,36
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	80.737	14,66	72.208	12,90
3.VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	(53.933)	(9,79)	(34.648)	(6,19)
4.RETENÇÕES	3.070	0,56	3.747	0,67
4.1 - Depreciação e Amortização	3.070	0,56	3.747	0,67
5.VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	(57.003)	(10,35)	(38.395)	(6,86)
6.VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	607.623	110,35	597.988	106,86
6.1 - Receitas Diversas	30.178	5,48	40.037	7,15
6.2 - Receitas Financeiras	3.261	0,59	2.204	0,39
6.3 - Repasses Recebidos para Custeio/Pessoal	574.184	104,28	555.747	99,31
7.VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	550.620	100,00	559.593	100,00
8.DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	550.620	100,00	559.593	100,00
8.1 - Pessoal				
8.1.1 - Pessoal e Encargos	580.280	105,39	484.628	86,60
Total	580.280	105,39	484.628	86,60
8.2 - Tributos				
8.2.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	8.170	1,48	25.790	4,61
Total	8.170	1,48	25.790	4,61
8.3 - Terceiros				
8.3.3 - Juros e Aluguéis	1.382	0,25	464	0,08
Total	1.382	0,25	464	0,08
8.4 - Próprios				
8.4.5 - Lucros Retidos/Prejuízo do Período	(39.212)	(7,12)	48.711	8,70
Total	(39.212)	(7,12)	48.711	8,70

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Até o 2º Trimestre de 2023 - 2022

Discriminação	Reserva de lucros (em R\$ mil)				
	Capital social realizado	Reserva legal	Reservas de retenção do lucro	Lucros ou prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2022	302.801	0	0	(8.011)	294.790
RESULTADO DO PERÍODO				48.711	48.711
Saldo em 30 de junho de 2022	302.801	0	0	40.700	343.501
LUCRO DO EXERCÍCIO	0	0	0	16.900	16.900
RESERVA LEGAL	0	2.880	0	(2.880)	0
RESERVAS DE LUCROS PARA EXPANSÃO	0	0	41.040	(41.040)	0
DIVIDENDOS	0	0	0	(13.680)	(13.680)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	302.801	2.880	41.040	0	346.721
Discriminação	Reserva de lucros (em R\$ mil)				
	Capital social realizado	Reserva legal	Reservas de retenção do lucro	Lucros ou prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2023	302.801	2.880	41.040	0	346.721
RESULTADO DO PERÍODO				(39.212)	(39.212)
Saldo em 30 de junho de 2023	302.801	2.880	41.040	(39.212)	307.509

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Até o 2º Trimestre/2023

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	12	Patrimônio Líquido
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	13	Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC
03	Alterações na Legislação Societária	14	Demonstração do Resultado do Exercício – DRE
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	15	Demonstração do Valor Adicionado – DVA
05	Créditos a Curto e Longo Prazo	16	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL
06	Demais Créditos e Valores a Curto e Longo Prazo	17	Demonstração do Resultado Abrangente - DRA
07	Estoques	18	Diversos Responsáveis em Apuração
08	Despesas Antecipadas	19	Ativos Contingentes
09	Endividamento	20	Contingências Passivas
10	Provisões a Longo Prazo	21	Benefícios Concedidos aos Empregados
11	Demais Obrigações a Longo Prazo	22	Repasses e Termos de Execução Descentralizada TED

Nota 1. Contexto Operacional

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dependente, dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – MDA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “Prover Inteligência agropecuária e participar da formulação e execução de políticas públicas, contribuindo para a regularidade do abastecimento e formação de renda do produtor rural”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas (Matriz e 27 Superintendências Regionais) e unidades operacionais, representadas por 64 Unidades Armazenadoras, com 126 armazéns destinados à prestação de serviços de pesagem, limpeza, secagem e armazenamento de produtos agrícolas.

Nota 2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e Lei nº 13.303, de 30/06/2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945, de 27/12/2016.

A Conab, como entidade da Administração Pública Federal, integrante do Balanço Geral da União utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, na modalidade total.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações contábeis, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas aos estoques e contas a receber, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações nos valores reais.

Nota 3. Alterações na Legislação Societária

As Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 13.303/16, regulamentada pelo Decreto nº 8.945/16, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “Internacional Accounting Standards Board (IASB)”.

Nota 4. Resumo das Principais Práticas Contábeis

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

4.1. Caixa e Equivalente de Caixa

O total de R\$450.905 mil, refere-se ao limite de saque com vinculação de pagamento, estabelecido pelo Órgão Central de Programação Financeira, para pagamentos a partir do mês de julho/2023, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio, aquisições, manutenção dos estoques, subvenção, Termos de Execução Descentralizada - TED e outros, e também aplicações financeiras de curto prazo, registradas pelo valor original mais os rendimentos auferidos até 30 de junho de 2023 e concentram-se em fundos extramercado.

4.2. Créditos a Receber

As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

4.3. Estoques Públicos

A formação e manutenção de Estoques Públicos, são executadas mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional e a avaliação desses estoques é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

4.3.1 Demais Estoques: Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

4.3.2 Valor Presente dos Estoques: Em face das mudanças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, os Estoques de Mercadorias para alienação, foram comparados com a tabela de Cálculo da Sobretaxa da Conab, da 2ª quinzena de junho de 2023, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente dos estoques públicos sob a guarda da Conab, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

4.4. Almoxarifado

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

4.5. Investimentos

O total de R\$6.287 mil, está representado pelos valores das participações permanentes registradas pelo custo de aquisição, acrescidas até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes (a Conab não possui investimentos em outras sociedades), bem como as propriedades para investimentos, relativas a imóveis alugados e com contrato de concessão além de títulos e valores mobiliários permanentes.

4.5.1. Participações Permanentes: O total de R\$4.292 mil, refere-se às participações permanentes, deduzido do valor provisionado de R\$10.471 mil, até 30 de junho de 2023, destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas, inclusive as que estão em processo de liquidação.

Tabela 1 - Participações permanentes - em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre
Participações em Empresas – saldo em 31/12/2022	14.763
(-) Redução Valor Recuperável Investimentos	(10.471)
Saldo em 30 de junho de 2023	4.292

Fonte: Conab.

4.5.2. Propriedades para Investimento: O total de R\$1.995 mil, refere-se a bens imóveis não utilizados nas atividades operacionais da Companhia (alugados e com cessão de uso).

Tabela 2 - Propriedades para Investimento - em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre
Propriedades para Investimento - saldo em 31/12/2022	2.850
(-) Deprec. Acumul. Invest. – Cons. Propriedades	(855)
Saldo em 30 de junho de 2023	1.995

Fonte: Conab.

4.5.3. Títulos e Valores Mobiliários Permanentes: O saldo de R\$2 mil, em 31 de dezembro de 2022, relativo a investimentos em Notas do Tesouro Nacional – NTN –P, sob a guarda do Banco do Brasil S/A, foi baixado após doação à Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Tabela 3 -Títulos e Valores Mobiliários Permanentes - em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre
Títulos e Valores Mobiliários - saldo em 31/12/2022	2
(-) Movimentação no período	(2)
Saldo em 30 de junho de 2023	0

Fonte: Conab.

4.6. Seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).

4.7. Imobilizado

O total de R\$116.727 mil, até junho de 2023 (R\$117.915 mil, em 31 de dezembro de 2022), está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada, redução ao valor recuperável e outros. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. As baixas ocorridas no período são oriundas de alienações e baixas por inservibilidade.

A partir do mês de março de 2022, a Companhia passou a adotar o cálculo da depreciação com base na vida útil econômica estimada dos bens, conforme determina o CPC 27. As taxas aplicadas serão revistas anualmente, pela equipe de patrimônio da Companhia adotando as regras do CPC 27, que possibilita a definição da vida útil do ativo com base na experiência da entidade com ativos semelhantes, ou seja, utilizando o método comparativo. Dessa forma, as taxas utilizadas no mês de junho de 2023, são as seguintes:

Tabela 4 - Imobilizado - Taxa de Depreciação

Grupo de Bens	Taxa anual	Taxa mensal
Edificações	4,0000000%	0,0033
Equipamentos Industriais	5,0000000%	0,0042
Máquinas Equipamentos e Veículos	6,6666667%	0,0056
Mobiliário em Geral, Peças e Instalações	10,0000000%	0,0083
Peças para Automóveis e Equip. de Informática	20,0000000%	0,0167

Fonte: Conab.

Tabela 5 - Imobilizado - Bens Móveis - em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre			
	Jun/2023	Adições	Baixas	dez/2022
Máquinas, Aparelhos, Equip. e Ferramentas	31.562	1.131	(89)	30.520
Bens de Informática	36.929	376	(309)	36.862
Móveis e Utensílios	14.423	193	(107)	14.337
Mater. Cultural, Educ. e de Comunicação	608	0	(5)	613
Veículos	26.282	0	(607)	26.889
Demais Bens Móveis	1.793	0	(1)	1.794
Total dos Bens Móveis	111.597	1.700	(1.118)	111.015

Fonte: Conab.

Tabela 6 - Imobilizado - Bens Imóveis - em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre			
	Jun/2023	Adições	Baixas	Dez/2022
Imóveis Residenciais/ Comerciais	2.090	0	0	2.090
Edifícios	179.820	0	0	179.820
Terrenos/Glebas	17.350	0	0	17.350
Armazéns/Galpões/Silos	104.324	1.717	(31)	102.638
Salas e Escritórios	863	0	0	863
Instalações	178	0	0	178
Obras em Andamento	12.147	187	(1.717)	13.677
Estudos e Projetos	7.142	0	0	7.142
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	9.728	0	0	9.728
Total dos Bens Imóveis	333.642	1.904	(1.748)	333.486

Fonte: Conab.

Tabela 7 - Imobilizado - Depreciação/Amortização de Bens - em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre			
	Jun/2023	Adições	Baixas	Dez/2022
Depreciação dos Bens Móveis	(102.991)	(790)	1.109	(103.310)
Depreciação dos Bens Imóveis	(224.205)	(2.057)	7	(222.155)
Amortização dos Bens Imóveis	(1.160)	(195)	0	(965)
Total a Depreciação/Amortização	(328.356)	(3.042)	1.116	(326.430)

Fonte: Conab.

4.7.1. Intangível: Representa os valores de direito de uso de softwares e suas amortizações, conforme composição a seguir:

Tabela 8 - Intangível - em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre			
	Jun/2023	Adições	Baixas	Dez/2022
Softwares Vida Útil Definida	3.111	0	0	3.111
(-) Amortização	(3.080)	(28)	0	(3.052)
Total	31	(28)	0	59

Fonte: Conab.

4.8. Redução ao Valor Recuperável de Ativos

4.8.1. Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Bens Móveis: Foi efetuado registro no total de R\$156 mil, referente a redução ao valor recuperável, até 30 de junho de 2023, conforme testes de impairment, realizados na Matriz e Superintendências Regionais.

A metodologia utilizada foi a segregação dos bens por grupos e analisadas a existência de indícios de desvalorização de ativos não

geradores de caixa. Na existência de indícios, foi mensurado o valor recuperável e comparado com o valor contábil.

Tabela 9 - Valor Recuperável dos Ativos - Bens Móveis - em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre			
	Jun/2023	Adições	Baixas	Dez/2022
Redução ao Valor Recuperável Bens Móveis	(156)	0	0	(156)
Total da Redução ao Vr. Recup. – Bens Móveis	(156)	0	0	(156)

Fonte: Conab.

4.8.2. Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Bens Imóveis: Esses bens foram construídos/adquiridos nas décadas de 1970 e 1980. Foram realizados os estudos de recuperabilidade dos bens imóveis e não foi constatado nenhuma redução ao valor recuperável de ativos, conforme abaixo:

O patrimônio imobiliário da Conab, utilizado no cumprimento dos seus objetivos estatutários e no suprimento das suas necessidades operacionais e administrativas, é constituído de 180 imóveis.

No projeto de implantação das unidades operacionais/comerciais, dava-se preferência na escolha dos terrenos que dariam origem aos equipamentos, ou para o caso de aquisição de instalações prontas, às áreas fora do centro urbano das cidades, em obediência ao controle ambiental e a fluência do tráfego da cidade, preservando a comodidade e a qualidade de vida dos seus cidadãos.

Com o passar dos anos, essas regiões foram se desenvolvendo, requerendo projetos de urbanização com a ampliação ou execução dos serviços públicos o que fez com que estas áreas, antes periféricas, se tornassem centrais. Esse progresso trouxe valorização aos imóveis, incluindo aqueles da Conab.

Outro fator que influencia no registro do valor residual do imóvel e para o qual chamamos a atenção é que todos os bens imóveis constantes do patrimônio da Companhia, foram incluídos pelo valor de aquisição e/ou construção efetuada na época do ato de incorporação, sendo daí em diante seus valores corrigidos e depreciados conforme a legislação da época. Com a mudança da legislação na década de 1990, esses valores deixaram de ser corrigidos e passaram a ser somente depreciados, o que influenciou sobremaneira para que os valores residuais se situassem em patamares bem inferiores aos de mercado, mesmo considerando a sua decrepitude.

Com o passar do tempo, e por esse motivo (somente depreciação), verificou-se que os valores desses ativos, definidos por intermédio de laudos de avaliação elaborados, via de regra pela CEF, encontravam-se superiores àqueles indicados nos registros patrimoniais da Companhia, observando-se, portanto, uma valorização.

Em 27/06/2022, com a geração de processo SEI, foi dado início aos trabalhos, com o objetivo de avaliar e estimar a vida útil real dos bens edificações e adequar as taxas de depreciação, bem como viabilizar a emissão de relatórios necessários às contabilizações.

a) Definição de estratégias, com escolha do método de depreciação, se por ativo imobilizado ou geral e metodologia de avaliação.

b) Elaboração do Orçamento do Custo Global de cada item, com avaliação do custo dos serviços de laudo de vistoria, revisão da vida útil do ativo imobilizado, cálculo da taxa de depreciação e do valor do resíduo de cada ativo imobilizado – edificação, com a identificação dos insumos, tempo de deslocamento, tempo de vistoria, equipe de vistoria de cada imóvel (131) a ser avaliado para cada item do Edital. Nesse prazo, estão inclusas pesquisas de orçamentos semelhantes, de conversas com área jurídica, contábil e de patrimônio da Conab. E, por óbvio, levantamento dos projetos de engenharia das estruturas e documentos técnicos necessários que devem ser entregues às proponentes, para avaliar e elaborar as propostas conforme o Edital.

c) Elaboração do Projeto Básico, seu conteúdo técnico e legal, com as especificações técnicas que permitam aos proponentes adequa-

da descrição dos serviços, das metodologias de avaliação e cálculo da revisão da vida útil do ativo imobilizado, propósito desta revisão e seus fundamentos técnico e contábil.

Após elaboração do Projeto Básico, estão sendo realizados ajustes na instrução processual, pelas áreas responsáveis, para que o projeto se torne apto à deflagração do Processo Licitatório, visando a contratação de empresas especializadas em serviços comuns de engenharia, de natureza técnica, em Regime de Mão de Obra não exclusiva, para elaborar laudos de avaliação predial, revisão da vida útil do ativo imobilizado (edificações), cálculo de taxa de depreciação e determinação do valor residual, para fundamentar a definição do montante a ser depreciado nos imóveis da Companhia, como forma de cumprir o que recomenda o CPC 27 – Ativo Imobilizado.

4.9. Reconhecimento da Receita:

4.9.1. Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios, contemplando as apropriações das receitas, custos e despesas correspondentes, oriundas do resultado das atividades próprias da Companhia.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços.

Os custos e despesas são mensurados e reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo.

4.10. Provisões Passivas: Encontra-se provisionado no Passivo Não Circulante, as provisões vinculadas a processos judiciais, trabalhistas, tributários e cível, consideradas como de prováveis desembolsos futuros da Companhia, conforme relatório elaborado pela Procuradoria Jurídica – PROGE, nos termos do CPC 25.

O saldo existente é composto pelas provisões para causas trabalhistas, tributárias e cíveis, que agregado aos Depósitos Vinculados, serão suficientes para cobrir prováveis liquidações de sentenças, a serem pagas (Vide Nota 10).

4.11. Regime de Tributação: Para fins de cálculo do IRPJ e CSLL, a Companhia adota o regime de lucro real anual, em que as apurações são efetuadas, mensalmente, por estimativa, conforme parágrafo 4º, art. 31 da IN/RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017. Esse regime permite a apuração dos tributos devidos, com base em balancetes de suspensão ou redução (art. 47 e 50 da IN/RFB citada).

Nota 5. Créditos a Curto e Longo Prazo

O total no curto e longo prazo, até 30 de junho de 2023, está representado pelo montante de R\$5.834 mil (R\$2.892 mil, em 31 de dezembro de 2022), correspondente aos direitos a receber, decorrentes de prestação de serviços de armazenagem, alugueis e outros. Esse valor representa o resultado entre o montante de R\$5.834 mil, deduzido do valor de R\$127 mil, relativo ao total dos registros de perdas esperadas relacionadas aos créditos de difícil recebimento, identificados até 30 de junho de 2023.

A variação positiva de R\$2.786 mil, na rubrica Fat. Dupl. a Receber – Prestação de Serviços, refere-se ao aumento no faturamento dos serviços de armazenagem, realizados nas Unidades Armazenadoras Próprias.

5.1. Clientes – Curto Prazo

Tabela 10 - Clientes - Curto Prazo - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até junho/2023	Até Dezembro/2022
Fat. Dupl. a Rec. – Prestação de Serviços	5.961	3.175
(-)Ajustes Perdas Demais Créd. e Valores	(127)	(312)
Subtotal	5.834	2.863

Fonte: Conab.

5.2. Clientes – Longo Prazo

Tabela 11 - Clientes - Longo Prazo - em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre	
	Até junho/2023	Até Dezembro/2022
Fat/Dupl. a Receber - Prestação de Serviços.	0	29
Subtotal	0	29
Total do Curto e Longo Prazo	5.834	2.892

Fonte: Conab.

Nota 6. Demais Créditos e Valores a Curto e Longo Prazo

O total de R\$553.798 mil, até 30 de junho de 2023 (R\$527.747 mil, em 31 de dezembro de 2022), representa os Adiantamentos Concedidos, Tributos a Recuperar/Compensar e Outros Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo, a seguir:

No longo prazo o saldo de R\$1.422.610 mil, em 30 de junho/2023 (R\$1.356.575 mil, em 31 de dezembro de 2022), está composto pelos valores citados no subitem 6.4.

6.1. Adiantamentos Concedidos

O total de R\$25.397 mil, até 30 de junho de 2023 (R\$5.354 mil, em 31 de dezembro de 2022), corresponde ao pagamento antecipado no período de férias, adiantamento de décimo terceiro salário, adiantamento para viagem e suprimento de fundos - adiantamento, conforme segue:

Tabela 12 - Adiantamentos Concedidos - em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre	
	Até junho/2023	Até Dezembro/2022
Adiantamentos a Pessoal	25.397	5.354
Total	25.397	5.354

Fonte: Conab.

6.2. Tributos a Recuperar/Compensar:

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Tabela 13 - Tributos a Recuperar/Compensar - em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre	
	Até junho/2023	Até Dezembro/2022
ICMS a Recuperar/Compensar/Diferido	165.674	161.626
IRRF e CSLL a Recuperar/Compensar	6.669	15.208
COFINS e PASEP a Recuperar/Compensar	5	4
Total de Créditos Tributários Circulante	172.348	176.838

Fonte: Conab.

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar, representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, e por substituição tributária, conforme disposto no Convênio ICMS nº 156, de 18 de dezembro de 2015.

Em 2017, após diversos estudos, a Conab mudou a forma de apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social, adotando-se a escrituração mensal do Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR e Livro de Apuração da Contribuição Social – LACS para efeito de redução/suspensão das antecipações mensais obrigatórias do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro.

Até 30 de junho de 2023, após as inclusões das adições obrigatórias, bem como das exclusões permitidas sobre o resultado, apurou-se

um Prejuízo Fiscal de R\$39.058 mil, fazendo com que os valores recolhidos mensalmente, no total de R\$6.617 mil, possam ser compensados em obrigações futuras, conforme pode ser observado no quadro a seguir:

Tabela 14 - Tributos a Recolher/Recuperar - em R\$mil

Descrição	IRPJ		CSLL	
	2023	2022	2023	2022
Lucro/Prejuízo Antes do IRPJ/CSLL	(39.212)	63.639	(39.212)	63.639
Adições	154	261	154	261
Exclusões	0	0	0	0
Lucro/Prejuízo Ajustado	(39.058)	63.900	(39.058)	63.900
Compensação Prejuízo Fiscal	0	19.170	0	19.170
BC Ajustada	(39.058)	44.730	(39.058)	44.730
IRPJ/CSLL Apurado	0	10.902	0	4.026
(-) IRRF Retido/CSLL Retido/Antecipações	4.832	10.142	1.785	3.743
IRPJ/CSLL a Recolher/Recuperar	(4.832)	760	(1.785)	283

Fonte: Conab.

6.3. Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo

Até 30 de junho de 2023, apresenta o total de R\$356.053 mil (R\$345.555 mil, em 31 de dezembro de 2022). No quadro abaixo destacamos os valores registrados nas contas: Créditos por Acertos Financeiros com Servidores e Ex-Servidores, sendo que esse último é relativo à participação dos empregados, a ser reembolsada à Companhia, referente a utilização do Serviço de Assistência à Saúde – SAS, Recursos da União, que são valores a receber do Tesouro Nacional referentes às equalizações de preços decorrentes das baixas resultantes das operações governamentais e ativos contingentes, em conformidade com o CPC 25 itens 31 a 35 e também, valores para honrar as obrigações com o Instituto de Previdência Complementar - Cibrius, referente à dívida do contrato de saldamento e Outros.

Quanto aos Créditos a Receber por Cessão de Créditos pela União, os saldos referem-se à execução dos Termos de Execução Descentralizada – TED, que em contrapartida estão diferidos no passivo, conta Transferências Financeiras a Comprovar, pelos recebimentos dos recursos recebidos dos órgãos concedentes. As baixas serão realizadas pelos órgãos concedentes, na ocasião da comprovação e aprovação das prestações de contas (Vide nota 9.8)..

Tabela 15 - Outros Créditos a Receber e Valores de Curto Prazo - Em R\$ mil

Descrição	Até o 2º Trimestre	
	Até junho/2023	Dezembro/2022
Valores em Trânsito Realizáveis a Curto Prazo	18	160
Créditos a Rec. Decor. de Infraç. Leg. e Contratuais	28	32
Créd. a Rec. por Reembolso Salário Maternidade	6	0
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	382	227
Créditos a Rec. por Alienação de Bens Móv./Imóveis	1.500	4.997
Créd. a Rec. por Ac. Fin. c/Serv. e Ex - Servidores	62.887	55.650
Recursos da União	79.991	97.599
Créd. a Receber por Cessão de Créd. pela União	208.394	181.808
Créditos Parcelados	2.847	5.082
Total	356.053	345.555

Fonte: Conab.

6.4. Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

O saldo de R\$1.422.610 mil, em 30 de junho de 2023 (R\$1.356.575 mil, em 31 de dezembro de 2022), está composto pelos valores citados no quadro a seguir:

Tabela 16 - Demais Créditos e Valores a Longo Prazo - em R\$ mil

Descrição	Até o 2º Trimestre	
	Até junho/2023	dezembro/2022
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	48.276	48.214
Créditos a Rec. por Cessão de Créditos p/ União	1.338.790	1.273.277
Créditos a Rec. por Alienação de Bens Móv./Imóveis	17.298	17.298
Créd. a Rec. por Ac. Fin. c/Serv. e Ex-Servidores	2.687	2.749
Créditos Parcelados	15.559	15.103
Títulos a Receber	0	3
(-) Ajuste de Perdas e Demais Créditos e Valores	0	(69)
Total	1.422.610	1.356.575

Fonte: Conab.

Os depósitos restituíveis e valores vinculados, referem-se a depósitos/cauções, depósitos judiciais efetuados, depósitos para interposição de recursos e valores apreendidos por decisão judicial, decorrentes de ações judiciais trabalhistas e cíveis.

Os Créditos a Receber por Cessão de Créditos pela União, no total de R\$1.338.790 mil, em 30 de junho de 2023 (R\$1.273.277 mil, em 31 de dezembro de 2022), referem-se aos registros dos créditos a receber do Tesouro Nacional, para honrar os pagamentos ao Instituto de Previdência Complementar - Cibrius, referente à dívida do contrato de saldamento, pagamentos das sentenças judiciais, obrigações pós-emprego da assistência médica para aposentados inválidos e com o plano de desligamento voluntário - PDV 2016 e 2022, conforme composição a seguir:

Tabela 17 - Créditos a Receber por Cessão de Créditos pela União - em R\$ mil

Descrição	Até o 2º Trimestre	
	Até junho/2023	dezembro/2022
Contrato c/o Inst. de Previd. Complementar - Cibrius	980.440	920.174
Provisão p/Pagamento de Sentenças Trabalhistas	262.593	276.270
Provisão p/Pagamento de Sentenças Cíveis/Fiscal	82.710	63.786
Obrigações Pós-Emprego Assist. Méd.p/ Ap. Inválidos	6.787	6.787
Obrigações Pós-Emprego PDV 2016	1.842	1.842
Obrigações Pós-Emprego PDV 2022	4.418	4.418
Total	1.338.790	1.273.277

Fonte: Conab.

O total de R\$980.440 mil, em 30 de junho de 2023 (R\$920.174 mil em 31 de dezembro de 2022), refere-se ao valor apurado referente obrigações pós-emprego, do plano previdenciário Conab, base 31/12/2021, conforme relatório atuarial apresentado pela empresa contratada e saldo remanescente do principal e atualizações financeiras das parcelas vincendas do Contrato de Saldamento e do Contrato de Confissão de Dívida firmado entre a patrocinadora e o Instituto de Previdência Complementar - Cibrius, dividido em 228 parcelas, relativo aos Planos de Benefícios, em face do déficit atuarial apurado no processo de saldamento do Plano de Benefícios Conab. O referido saldamento foi devidamente autorizado pelos órgãos competentes (Secretaria do Tesouro Nacional – STN, Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA), que mensalmente repassa os recursos financeiros para pagamento da parcela vincenda no corrente mês.

O contrato original, assinado em 22.03.2016, foi substituído, em novembro de 2019, pelo Termo de Adimplemento firmado entre o Cibrius e a Conab, após a autorização do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, aprovação da Consultoria-Geral da União - CGU e homologação do Termo de Conciliação por parte da Advocacia-Geral da União – AGU, conforme explicitado na Nota 21.1.

Nota 7. Estoques

O total de R\$192.297 mil, até 30 de junho de 2023 (R\$202.898 mil, em 31 de dezembro de 2022), corresponde aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos do Programa Agricultura Familiar – PAA, adquiridos via Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF, Compra com Doação Simultânea – CDS e CPR Estoque e apresentam a seguinte composição:

Tabela 18 – Estoques - em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre	
	Até junho/2023	dezembro/2022
Estoques de Mercadorias para Revenda	108.589	119.047
Materiais em Trânsito	1.448	0
Almoxarifado, Estoques para Distribuição e Outros	1.659	1.740
Compra Antecipada – Entrega Futura	80.600	82.110
Estoques para Doação e/ou Permuta	1	1
Total	192.297	202.898

Fonte: Conab.

O total de R\$108.589 mil, até 30 de junho de 2023 (R\$119.047 mil, em 31 de dezembro de 2022), representa o valor das mercadorias estocadas para formação dos estoques públicos, com o objetivo de garantir a regularidade do abastecimento nacional.

Essa atividade é amparada e mantida com recursos repassados pelo Tesouro Nacional, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/2004, para aquisição de produtos agrícolas, destinados à formação do estoque regulador, que regulamenta as operações de vendas de produtos e o retorno dos recursos recebidos, aos cofres do Tesouro Nacional e prevê a equalização de preços, na ocorrência de desequilíbrio das contas da Conab, em caso de prejuízo, tomando nulo o resultado das atividades governamentais. Isso ocorre, quando a diferença entre a receita de venda e o custo de aquisição, manutenção e despesas com a operacionalização, incluindo também, as despesas que não puderem ser agregadas aos correspondentes estoques, antes de seu encerramento e baixa de processos de perdas de produtos, judicializados, que resultar em déficit.

A Equalização de Preços é autorizada pelo Tesouro Nacional, a ser amortizada por lançamento contábil, na conta de operações especiais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura do referido déficit.

Os recursos financeiros obtidos na venda e recebimentos de indenizações de perdas dos estoques públicos são integralmente repassados ao Tesouro Nacional.

Os desembolsos amparados pela Portaria Interministerial MF/MAPA 38/2004, estão devidamente identificados e contabilizados no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal da Transparência do Governo Federal.

O total de R\$80.600 mil, até 30 de junho de 2023 (R\$82.110 mil, em 31 de dezembro de 2022), representa o saldo a receber dos valores concedidos às associações e cooperativas, nos exercícios anteriores e até junho de 2023, nas modalidades Compra Antecipada da Agricultura Familiar – CAAF, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar – CPR Estoque e Apoio à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar, que serão quitados em espécie e, eventualmente, em produtos. Relativamente às cédulas adquiridas na modalidade “Apoio à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar”, instituída a partir de maio de 2013, a liquidação somente se dará de forma financeira, cujos valores estão provisionados no passivo circulante, na conta: Entidades Credoras (Vide Nota 9.6).

Nota 8. Despesas Antecipadas

O total de R\$3.041 mil, em 30 de junho de 2023 (R\$1 mil, em 31 de dezembro de 2022), representa o saldo de despesas pagas antecipadamente, com assinaturas de periódicos, IPVA, IPTU, taxas de fiscalização e outros.

Nota 9. Endividamento

Até 30 de junho de 2023, as obrigações do circulante, totalizaram o montante de R\$1.099.894 mil (R\$915.980 mil, até 31 de dezembro de 2022), com a seguinte composição:

9.1. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

O total de R\$248.928 mil, em 30 de junho de 2023 (R\$103.833 mil, em 31 de dezembro de 2022), refere-se aos valores apropriados relativos a salários, remunerações, benefícios assistenciais a pagar, encargos sociais a pagar e apropriações mensais por competência, para pagamento de décimo terceiro salário, férias e respectivos encargos sociais.

O aumento de 139,74%, foi em decorrência dos reajustes salariais com pagamentos de retroativos realizados no 2º trimestre de 2023, referentes ao Dissídio/Acordo Coletivo de Trabalho ACT 2019/2021 e 2021/2023.

Tabela 19 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar - em R\$ mil

Descrição	Até o 2º Trimestre	
	Até junho/2023	dezembro/2022
Pessoal a Pagar	181.800	73.978
Benefícios Assistenciais	529	412
Encargos Sociais Pagar	66.599	29.443
Obrig. Trab. Prev. e Assistenciais a Pagar	248.928	103.833

Fonte: Conab.

9.2. Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

O total de R\$13.841 mil, em 30 de junho de 2023 (R\$37.006 mil, em 31 de dezembro de 2022), refere-se à liquidação de despesas com fornecedores, relativas às aquisições, manutenção dos estoques públicos e outros, incluindo as de produtos da Agricultura Familiar, que serão pagos com recursos transferidos pelo Tesouro Nacional.

Tabela 20 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar - em R\$ mil

Descrição	Até o 2º Trimestre	
	Até junho/2023	dezembro/2022
Fornecedores Nacionais	3.208	6.530
Contas a Pagar Credores Nacionais	10.633	30.476
Subtotal	13.841	37.006

Fonte: Conab.

9.3. Obrigações Fiscais a Curto Prazo

O total de R\$1.576 mil, em 30 de junho de 2023 (R\$21.713 mil, em 31 de dezembro de 2022), refere-se às obrigações fiscais com a União, Estados e Municípios, com vencimentos no mês seguinte, demonstradas a seguir:

Tabela 21 – Obrigações Fiscais a Curto Prazo - em R\$ mil

Descrição	Até o 2º Trimestre	
	Até junho/2023	dezembro/2022
COFINS a Recolher	1.174	1.299
PIS/PASEP a Recolher	242	270
ICMS a Recolher	5	7
IPVA a Recolher	1	1
ISS a Recolher	93	1
IRPJ e CSLL a Recolher	0	20.131
IPTU a Recolher	28	0
Recursos Fiscais	3	4
Taxas	30	0
Total	1.576	21.713

Fonte: Conab.

9.4. Adiantamentos de Clientes

O total de R\$85 mil, em 30 de junho de 2023 (R\$1.875 em 31 de dezembro de 2022), refere-se aos valores recebidos antecipadamente de clientes, relativos às vendas de produtos para entrega futura.

9.5. Entidades Credoras

O total de R\$426.027 mil, até 30 de junho de 2023 (R\$403.124 mil, até 31 de dezembro de 2022), registrado em Entidades Credoras, contempla o diferimento dos repasses de recursos, efetuados pelo Tesouro Nacional, para aquisições de Cédula do Produtor Rural – CPR – Alimento, Compra Antecipada – Entrega Futura e outros.

9.6. Outras Obrigações

O total de R\$65.202 mil, até 30 de junho de 2023 (R\$40.171 mil, até 31 de dezembro de 2022), refere-se a obrigações com consignações, impostos e contribuições a recolher, depósitos e cauções e outras, demonstradas no quadro a seguir:

Tabela 22 – Outras Obrigações - em R\$ mil

Descrição	Até o 2º Trimestre	
	Até junho/2023	dezembro/2022
Dividendos	14.545	13.680
Consignações	42.622	15.755
Depósitos Judiciais	2.549	16
Depósitos e Cauções Recebidos	3.790	5.950
Indenizações, Restituições e Compensações	286	2049
Diárias a Pagar	59	66
Entidades Cred. - Estados, D.F. e Municípios	1.197	1.197
Valores em Trânsito Exigíveis	33	4
Subvenções a Pagar	121	1.454
Total	65.202	40.171

Fonte: Conab.

9.7. Entidades Privadas:

O total de R\$44.728 mil, até 30 de junho de 2023 (R\$91.251 mil, até 31 de dezembro de 2022), refere-se ao valor das parcelas vencidas em 2022, do Termo de Adimplemento firmado entre a Conab e o Instituto de Previdência Complementar - Cibrius, consoante descrito na Nota 21.

9.8. Transferências Financeiras a Comprovar – TED:

O total de R\$299.507 mil, em 30 de junho de 2023 (R\$217.007 mil, em 31 de dezembro de 2022), refere-se aos diferimentos dos recursos recebidos do Tesouro Nacional relativos aos Termos de Execução descentralizada – TED, para pagamento de subvenções, aquisição de produtos do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e Outros, em andamento, que serão baixados pelos concedentes, após a aprovação das prestações de contas.

Tabela 23 – Transferências Financeiras a Comprovar - TED - em R\$ mil

Descrição	Até o 2º Trimestre	
	Até junho/2023	dezembro/2022
Transferências Financeiras a Comprovar - TED	299.507	217.007
Total	299.507	217.007

Fonte: Conab.

Nota 10. Provisões a longo prazo

O total de R\$363.035 mil, em 30 de junho de 2023 (R\$359.382 mil, em 31 de dezembro/2022), representa os valores reconhecidos como prováveis desembolsos de recursos futuros com sentenças trabalhistas, tributárias e cíveis, em conformidade com o CPC 25, bem como obrigações pós-emprego, constantes do relatório atuarial apresentado

pela empresa Assistants Assessoria, Consultoria e Participações Ltda., conforme recomenda o CPC 33.

Tabela 24 – Provisões a longo prazo – em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre	
	Até junho/2023	Dezembro/2022
Provisão para Indenizações Trabalhistas	269.998	283.675
Obrigações Pós-Emprego PDV 2016	1.842	1.842
Obrigações Pós-Emprego PDV 2022	4.418	4.418
Provisão para Indenizações Tributárias	15.153	15.796
Provisão para Indenizações Cíveis	64.837	46.864
Aposent./Pensões/Outros Benef. a Conceder	6.787	6.787
Total	363.035	359.382

Fonte: Conab.

10.1. Provisões para indenizações de débitos trabalhistas:

Decorrentes de ações trabalhistas movidas por empregados e ex-empregados, requerendo promoções por antiguidade e merecimento, incorporações de função gratificada e outras.

10.2. Obrigações pós-emprego - PDV 2016 e 2022:

Refere-se a obrigações pós-emprego com Plano de Desligamento Voluntário - PDV 2016 e 2022, constante do relatório atuarial apresentado pela empresa Assistants Assessoria, Consultoria e Participações Ltda., conforme recomenda o CPC 33.

10.3. Provisões para indenizações tributárias:

Referente a débitos fiscais de ICMS da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM e outros.

10.4. Provisões para indenizações de débitos cíveis:

Referentes a ações cíveis, que têm como objeto requerer indenizações de perdas de produtos e outras.

10.5. Aposentadoria/pensões/outros benefícios. a conceder:

Refere-se a obrigações pós-emprego da assistência médica para aposentados inválidos, constante do relatório atuarial apresentado pela empresa Assistants Assessoria, Consultoria e Participações Ltda., conforme recomenda o CPC 33.

Nota 11. Demais obrigações a longo prazo

O total de R\$981.092 mil, em 30 de junho de 2023 (R\$920.826 mil, em 31 de dezembro de 2022), está composto pelas rubricas “Depósitos e Cauções Recebidos” e “Entidades Privadas de Previdência”. Este último refere-se ao Termo de Adimplemento firmado entre a Conab e o Instituto de Previdência Complementar – Cibrius, conforme descrito na Nota 21.1.

Tabela 25 – Demais obrigações a longo prazo – em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre	
	Até junho/2023	Dezembro/2022
Depósitos e Cauções Recebidos	652	652
Entidades Privadas de Previdência	980.440	920.174
Total	981.092	920.826

Fonte: Conab.

Nota 12. Patrimônio líquido

12.1. Capital Social:

O Capital Social da Conab é de R\$302.801 mil, dividido em 1.859.907 ações ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

12.2. Reservas de Lucros:

O total de R\$43.920 mil, até junho de 2023, representa a constituição da Reserva Legal e Reserva de Retenção de Lucros, apuradas com base no resultado do exercício de 2022.

Tabela 26 – Reserva de Lucros - em R\$ mil

Descrição	Até o 2º Trimestre	
	Até junho/2023	Dezembro/2022
Reserva Legal	2.880	2.880
Reserva de Retenção de Lucros	41.040	41.040
Total	43.920	43.920

Fonte: Conab.

12.3. Resultado Líquido do Exercício:

Até o segundo trimestre de 2023 a Companhia apurou o prejuízo de R\$39.212 mil (lucro de R\$48.711 mil, até o segundo trimestre de 2022). Já no período compreendido entre 01 de abril a 30 de junho de 2023, houve prejuízo de R\$60.802 mil e no período de 01 de abril a 30 de junho de 2022, houve lucro de R\$3.283 mil.

Estes representam os resultados das atividades próprias da Companhia, sendo composto pelo resultado líquido das Receitas de Prestação de Serviços, Resultado da Alienação de Bens, Receitas Operacionais Diversas, Subvenções recebidas do Tesouro Nacional (Pessoal/Custeio), menos as Despesas Operacionais (Pessoal e Despesas Comerciais Administrativas). As operações das atividades governamentais, são contabilizadas em Unidades Gestoras e subórgãos próprios e não geram resultado.

Tabela 27 – Resultado Líquido do Exercício - em R\$ mil

Descrição	Até o 2º Trimestre			
	Junho/2023	Junho/2022	01 de abril até junho/2023	01 de abril até junho/2022
Resultado Líq. do Exercício	(39.212)	48.711	(60.802)	3.283
Total	(39.212)	48.711	(60.802)	3.283

Fonte: Conab.

Nota 13. Demonstração dos Fluxos de Caixa -DFC

De acordo com a Lei 11.638/2007 e 2016NBCTG03(R3), a Conab apresenta a Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, pelo método indireto.

13.1. Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:

Até 30 de junho de 2023, o Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, apresenta o saldo de R\$123.832 mil (R\$52.607 mil, até 30 de junho de 2022) e refere-se aos resultados das variações apresentadas até o 2º Trimestre de 2023 - 2022, das principais atividades da Conab.

13.2. Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:

Até 30 de junho de 2023, o fluxo de caixa das atividades de investimentos, apresenta o saldo de R\$-1.460 mil (R\$1.059 mil, até 30 de junho de 2022) e representa aplicações no imobilizado e intangível e vendas de bens do ativo permanente.

13.3. Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:

Até 30 de junho de 2023 e mesmo período de 2022, não há saldos nesse grupo.

13.4. Variação nas Disponibilidades:

O valor de R\$122.372 mil, até 30 de junho de 2023 (R\$53.666 mil, até 30 de junho de 2022), refere-se às variações das aplicações financeiras de curto prazo, em fundos extramercado, registradas pelo

valor original acrescido dos rendimentos auferidos e a disponibilidade da conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, representada por recursos próprios da Conab, recursos para pagamento de pessoal, consignações e recursos para execução de Termos de Execução Descentralizada –TED, destinados à aquisição de produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e formação dos estoques públicos.

Nota 14. Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

14.1. Receita Operacional Líquida:

As receitas de vendas e serviços são oriundas das vendas dos Estoques Estratégicos, Reguladores e Receita de Armazenagem/Aluguéis. Os totais incluindo as deduções nos 2º Trimestres de 2023 e 2022, foram de R\$59.605 mil e R\$60.360 mil, respectivamente. Já nos períodos compreendidos entre 01 de abril a 30 de junho de 2023 – 2022, os totais apurados foram de R\$28.378 mil e R\$31.765 mil.

Os Estoques Estratégicos são formados por produtos comprados de produtores que adquiriram o contrato de opções junto à Conab, que fizeram a opção de venda de seus produtos em conformidade com o referido contrato. As vendas desses estoques são destinadas ao Programa Venda em Balcão, com o objetivo de viabilizar os acessos de pequenos criadores e micro-agroindústrias.

Os Estoques Reguladores são formados por produtos adquiridos dos produtores rurais, Cooperativas e Associações, através da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM com o objetivo de garantir renda mínima aos produtores rurais, assegurar a regularidade do abastecimento nacional e o controle de preços. Em geral as vendas desses estoques são realizadas por meio de leilões.

A receita da prestação de serviços de armazenagem é oriunda da guarda e conservação de produtos agrícolas de terceiros, recebidos e mantidos nos armazéns, de acordo com padrões e normas estabelecidos pela Companhia.

Tabela 28 – Receita de Vendas e Serviços - em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre			
	Junho/2023	Junho/2022	01 de abril até junho/2023	01 de abril até junho/2022
Vendas Est. Estratégicos	3.104	22.897	976	10.214
Vendas Est. Reguladores-PGPM	35.946	21.054	15.441	13.865
Serv. de Armazenagem e Outros	24.715	20.984	14.329	10.698
Ded. Rec. de Vend. e Serviços	(4.160)	(4.575)	(2.368)	(3.012)
Total	59.605	60.360	28.378	31.765

Fonte: Conab.

Quanto às Deduções das Receitas de Venda e Serviços, elas estão representadas pelos impostos legais ICMS, COFINS, PASEP e ISS e Descontos Concedidos, incidentes sobre as vendas de produtos e serviço de armazenagem. Os totais no 2º Trimestre de 2023 e 2022, foram de R\$4.160 mil e R\$4.575 mil, respectivamente. Já nos períodos compreendidos entre 01 de abril a 30 de junho de 2023 – 2022, os totais apurados foram de R\$2.368 mil e R\$3.012 mil, conforme segue:

Tabela 29 – Deduções das Receitas de Vendas e Serviços - em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre			
	Junho/2023	Junho/2022	01 de abril até junho/2023	01 de abril até junho/2022
ICMS	1.986	2.767	1.025	2.057
ISS	476	346	263	230
PIS/PASEP	302	261	192	129
COFINS	1.393	1.201	886	596
Desconto Financeiro Concedido	3	0	2	0
Total	4.160	4.575	2.368	3.012

Fonte: Conab.

14.2. Custo das Mercadorias Vendidas:

Representa as baixas dos valores dos estoques, relativos às mercadorias vendidas, conforme segue:

Tabela 30 – Custo das Mercadorias Vendidas - em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre			
	Junho/2023	Junho/2022	01 de abril até junho/2023	01 de abril até junho/2022
CMV	69.485	87.914	30.491	43.062
Total	69.485	87.914	30.491	43.062

Fonte: Conab.

14.3 Equalização de Preços:

Até o 2º Trimestre de 2023, o total da Equalização de Preços das vendas, alcançou o montante de R\$32.135 mil, proveniente em sua maioria das vendas do milho, das operações Mercado de Opções e da Política de Garantia dos Preços Mínimos – PGPM. No mesmo período do ano de 2022, o valor da Equalização totalizou R\$46.731 mil. A variação foi decorrente da diminuição das vendas até o segundo trimestre de 2023. Já nos períodos compreendidos entre 01 de abril a 30 de junho de 2023 – 2022, os totais apurados foram de R\$14.813 mil e R\$21.040 mil, conforme segue:

Tabela 31 – Equalização de preços - em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre			
	Junho/2023	Junho/2022	01 de abril até junho/2023	01 de abril até junho/2022
Equalização de Preços	32.135	46.731	14.813	21.040
Total	32.135	46.731	14.813	21.040

Fonte: Conab.

14.4. Lucro Bruto

Até o 2º Trimestre de 2023, o Lucro Bruto, apresentou o saldo de R\$22.255 mil (R\$19.177 mil, até o 2º Trimestre de 2022), representado pelo resultado das Receitas de Vendas de Produtos, Receitas de Serviços, menos as Deduções de Receitas de Vendas e Serviços, Custo de Mercadorias Vendidas – CMV, mais a Equalização de Preços. Já nos períodos compreendidos entre 01 de abril a 30 de junho de 2023 – 2022, os totais apurados foram de R\$12.700 mil e R\$9.743 mil, conforme segue:

Tabela 32 – Lucro Bruto- em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre			
	Junho/2023	Junho/2022	01 de abril até junho/2023	01 de abril até junho/2022
Lucro Bruto	22.255	19.177	12.700	9.743
Total	22.255	19.177	12.700	9.743

Fonte: Conab.

14.5. Despesas Operacionais:

O total de R\$668.614 mil, até 30 de junho de 2023 (R\$567.327 mil até 30 de junho de 2022) compreendem as despesas com pessoal e comerciais e administrativas, necessárias à manutenção da atividade da Companhia. Já nos períodos compreendidos entre 01 de abril a 30 de junho de 2023 – 2022, os totais apurados foram de R\$414.927 e R\$276.513 mil.

A variação de 19.74%, nas despesas de pessoal, foi em decorrência dos reajustes salariais com pagamentos de retroativos realizados no 2º trimestre de 2023, referentes ao Dissídio/Acordo Coletivo de Trabalho ACT 2019/2021 e 2021/2023, juros e atualizações acrescidos às parcelas pagas ao Instituto de Previdência Complementar – Cibrius, até este trimestre, referente ao Termo de Adimplemento ao contrato de saldamento da dívida dos Planos de Previdência, redução nas Outras Desp. Var. Pessoal Civil, em razão das indenizações trabalhistas referentes aos Planos de Demissões Voluntárias e Incentivadas, PDV/2017

e PDI/2022, pagas até o 2º trimestre de 2022 e redução nos pagamentos de sentenças judiciais.

Tabela 33 – Despesas de Pessoal - em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre			
	Junho/2023	Junho/2022	01 de abril até junho/2023	01 de abril até junho/2022
Remuneração a Pessoal	355.861	231.618	234.262	122.479
Sentenças Judiciais	16.543	24.798	9.803	7.948
Obrigações Patronais	125.841	91.180	83.003	43.945
Contr. Ent. Fec. de Previdência	61.844	54.387	33.428	27.553
Benefícios a Pessoal	22.541	22.044	11.454	11.182
Outras Desp. Var. Pessoal Civil	(2.350)	60.601	435	16.661
Total das Despesas de Pessoal	580.280	484.628	372.385	229.768

Fonte: Conab.

Tabela 34 – Despesas Comerciais e Administrativas - em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre			
	Junho/2023	Junho/2022	01 de abril até junho/2023	01 de abril até junho/2022
Consumo de Materiais	2.570	5.094	1.370	1.969
Diárias	1.401	1.353	737	966
Serv. Téc. Prof. - P. Física	1.130	622	676	355
Serv. Téc. Prof. - P. Jurídica	67.645	68.600	33.166	40.861
Imp. Taxas e Contr. de Melhoria	4.012	6.287	908	2.777
Outras despesas Operacionais	11.576	743	5.685	(183)
Total Desp. Comerciais/ Administrativas	88.334	82.699	42.542	46.745

Fonte: Conab.

14.6. Receitas Operacionais Diversas:

O total de R\$30.178 mil, até 30 de junho de 2023 (R\$40.035 mil, até 30 de junho de 2022), representa os recebimentos de multas e juros de mora, indenizações e restituições, receitas de valores mobiliários e receitas diversas. Já nos períodos compreendidos entre 01 de abril a 30 de junho de 2023 – 2022, os totais apurados foram de R\$7.962 mil e R\$17.351 mil, conforme segue:

Tabela 35 – Receitas Operacionais Diversas - em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre			
	Junho/2023	Junho/2022	01 de abril até junho/2023	01 de abril até junho/2022
Multas e Juros de Mora	2.052	1.119	(12)	658
Indenizações e Restituições	5.918	5.325	893	3.732
Receitas de Valores Mobiliários	39	27	39	25
Receitas Diversas	22.169	33.564	7.042	12.936
Total	30.178	40.035	7.962	17.351

Fonte: Conab.

14.7. Outros Resultados:

O total de R\$392 mil, até 30 de junho de 2023, representa o valor da alienação de bens móveis e baixa de bens inservíveis. Quanto à desincorporação no valor de R\$26 mil, até 30 de junho de 2023, refere-se a baixa de Notas do Tesouro Nacional – NTN – P, por doação à Secretaria do Tesouro Nacional – STN e baixa de bens inservíveis. Nos períodos compreendidos entre 01 de abril a 30 de junho de 2023 – 2022, as variações foram de R\$307 e R\$-3 mil, respectivamente.

Tabela 36 – Outros Resultados - em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre			
	Junho/2023	Junho/2022	01 de abril até junho/2023	01 de abril até junho/2022
Alienação de Bens Móveis	406	(1)	297	(1)
Alienação de Bens Imóveis	0	15.636	0	0
Desincorporação de Ativos	(26)	(1.825)	(2)	(2)
Incorporação de Ativos	12	0	12	0
Total	392	13.810	307	(3)

Fonte: Conab.

14.8. Resultado Financeiro:

O total de R\$2.393 mil, até 30 de junho de 2023, (R\$2.197 mil, até 30 de junho de 2022), representa as despesas com juros pagos e receitas de juros e encargos de mora sobre fornecimento de bens e serviços, remuneração de aplicações financeiras e atualização monetária. Nos períodos compreendidos entre 01 de abril a 30 de junho de 2023 – 2022, os totais apurados foram de R\$1.092 mil e R\$1.297, conforme segue:

Tabela 37 – Resultado Financeiro - em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre			
	Junho/2023	Junho/2022	01 de abril até junho/2023	01 de abril até junho/2022
Despesas Financeiras	(868)	(7)	(427)	(6)
Receitas Financeiras	3.261	2.204	1.519	1.303
Total	2.393	2.197	1.092	1.297

Fonte: Conab.

14.9. Subvenções do Tesouro Nacional:

O total de R\$574.184 mil, até 30 de junho de 2023, (R\$555.747 mil, até 30 de junho de 2022), representa as transferências efetuadas pelo Tesouro Nacional, para cobrir gastos com custeio/pessoal. Já nos períodos compreendidos entre 01 de abril a 30 de junho de 2023 – 2022, os totais apurados foram de R\$325.447 e R\$252.451 mil, conforme segue:

Tabela 38 – Repasses Recebidos para Custeio/Pessoal - em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre			
	Junho/2023	Junho/2022	01 de abril até junho/2023	01 de abril até junho/2022
Repasses Recebidos para Custeio/Pessoal	574.184	555.747	325.447	252.451
Total	574.184	555.747	325.447	252.451

Fonte: Conab.

Nota 15. Demonstração do valor adicionado – DVA

Essa demonstração foi elaborada de acordo com a 2008/NBC-TG09, e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. A primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, demonstrada nos seguintes itens:

a) Receitas – receita bruta das vendas de mercadorias, produtos e serviços incluindo os tributos incidentes sobre elas e outros resultados.

b) Insumos Adquiridos de Terceiros - custos das mercadorias e serviços vendidos, incluindo os tributos incidentes sobre as aquisições de materiais, energia, serviços de terceiros e outros, depreciação e amortização.

A segunda parte apresenta a distribuição da riqueza, com gastos de pessoal e encargos, impostos, taxas e contribuições, juros, aluguéis e lucros retidos/prejuízo do exercício.

Nota 16. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL, foi elaborada seguindo as disposições contidas na 2017/NBC-TG26(R5) e demonstra as ocorrências até o segundo trimestre de 2023,

bem como as modificações até 30 de junho de 2022, nas contas que compõem o grupo do Patrimônio Líquido (Vide Nota 12).

Nota 17. Demonstração do Resultado Abrangente - DRA

A Demonstração do Resultado Abrangente – DRA, foi elaborada seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico 2017/NBCTG26(R5) e nos 2º trimestres de 2023 – 2022, não apresentou registros que se enquadrem como Outros Componentes do Resultado Abrangente.

Nota 18. Diversos responsáveis em apuração

Encontram-se registrados no grupo de contas “Outros Controles”, os débitos em apuração, com destaque para as contas Débitos de Terceiros em Prestação de Serviços e Responsáveis por Danos ou Perdas, onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos a multas previstas em contratos, perdas/desvios em armazenagem, de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa) e referem-se a perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, relativas a alteração de qualidade de estoques de milho e feijão, na maioria, nos estados de Mato Grosso, Piauí, Maranhão e São Paulo e também, os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade, dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, ocorridas com maior relevância no Estado de Goiás, perda em armazenagem de café, no estado de Minas Gerais e Outras. Até 31 de março de 2023 – 2022, a conta 7.9.7.3.1.00.00 – Diversos Responsáveis em Apuração, apresenta os saldos a seguir:

Tabela 39 – Diversos responsáveis em apuração - em R\$ mil

Exercício	Saldo
Até 30/06/2023	50.673
Até 30/06/2022	55.650

Fonte: Conab.

Nota 19. Ativos Contingentes

Os Ativos Contingentes, no total de R\$ 509.106 mil, até junho de 2023, (R\$508.717 em 31 de dezembro 2022), conforme quadro a seguir, referem-se aos créditos a receber, registrados nas unidades gestoras das Superintendências Regionais e Matriz, classificados pelas áreas jurídicas da Companhia como ativos contingentes, decorrentes de processos judiciais, em andamento, na justiça federal, cujos valores foram baixados, em cumprimento ao CPC 25, itens 31 a 35, das contas do ativo e registrados em conta de controle “Ativos Contingentes” e terão acompanhamento e avaliação periódica. Aqueles processos que alcancem a condição de recebimento “praticamente certa”, em decorrência do desfecho favorável, pela justiça, com expectativa de entrada de benefício econômico, o valor principal e os correspondentes ganhos, serão reconhecidos nas demonstrações contábeis do período correspondente à mudança de estimativa e, também, será divulgado, na data do balanço, conforme item 89 do CPC 25. Os processos com desfechos desfavoráveis serão baixados da conta de controle, observando suas características e origens.

Os valores relativos as Operações Governamentais, em conformidade com a Portaria Interministerial MAPA/MF Nº 38/2004, art. 4º alínea c, que alcancem a condição de recebimento “praticamente certa”, em decorrência do desfecho favorável, pela justiça, com expectativa de entrada de benefício econômico, o valor principal e os correspondentes ganhos, serão reconhecidos nas demonstrações contábeis do período correspondente à mudança de estimativa e, também, será divulgado, na data do balanço, conforme item 89 do CPC 25. Os processos com desfechos desfavoráveis serão baixados da conta de controle “Ativos Contingentes”.

Os valores correspondentes aos Estoques Estratégicos, Unidades do PAA e Atividades Próprias, classificados como ativos contingentes, registrados na conta de controle, serão acompanhados e aqueles que alcancem a condição de recebimento “praticamente certa”, em decorrência do desfecho favorável, pela justiça, com expectativa de entrada de benefício econômico, o valor principal e os correspondentes ganhos, serão reconhecidos nas demonstrações contábeis do período correspondente à mudança de estimativa e, também, será divulgado, na data do balanço, conforme item 89 do CPC 25. Os processos com desfechos desfavoráveis serão baixados da conta de controle “Ativos Contingentes”.

Tabela 40 – Ativos Contingentes - em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre	
	Até junho/2023	Até Dezembro/2022
Estoques Estratégicos	20.627	18.357
Atividade Própria	148.815	153.793
Operações Governamentais	317.665	314.098
Unidades PAA	21.999	22.469
Total	509.106	508.717

Fonte: Conab.

Nota 20. Contingências passivas

20.1. Contingências Passivas Possíveis

São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidades de desembolsos do que as Provisões Passivas. Estão sendo divulgadas nesta nota conforme CPC 25, normatizado pela Resolução CFC 1.180/2009, conforme segue:

a) Cíveis: São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens e outros.

b) Tributárias: São representadas pelos processos judiciais referentes a autos de infração do INSS, de ICMS e outros.

c) Trabalhistas: São ações judiciais movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, constituídas na maioria, por ações oriundas de anistia administrativa (Lei nº 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, indenizações por danos morais e materiais, desvios de função e outros.

Tabela 39 – Contingências Passivas Possíveis - em R\$mil

Descrição	Exercício	
	Até junho/2023	Até Dezembro/2022
Cível	37.898	40.898
Tributárias	59.298	54.872
Trabalhista	53.188	66.794
Total	150.384	162.564

Fonte: Conab.

Nota 21. Benefícios Concedidos aos Empregados

21.1. Plano de Previdência Complementar

O Instituto de Previdência Complementar - Cibrius é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC, fundada em 13/03/1979, consoante Portaria n.º 1.383/MPAS, de 08/03/1978, com autonomia administrativa e financeira, sem fins lucrativos, regulada pelas Leis Complementares nºs 108/2001 e 209/2001 e demais normas aplicáveis às Entidades dessa natureza. Constituída sob a forma de sociedade civil pela sua patrocinadora instituidora Companhia Brasileira de Armazenamento - Cibrazem, sucedida pela Companhia Nacional de Abastecimento – Conab. Figura, ainda, como patrocinador o próprio Cibrius.

O Instituto tem o objetivo precípuo de administrar planos de natureza previdenciária, os quais concedem a suplementação de benefícios previdenciais aos empregados, ativos e assistidos, da patrocinadora Conab e do próprio Cibrius na forma do regulamento dos mencionados planos de benefícios, devidamente registrados no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios das EFPC (CNPB).

A Conab contratou a Empresa Atuarial Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda., nome fantasia Vesting Consultoria Financeira e Atuarial para validar e calcular as insuficiências atuariais dos planos de benefícios, conforme recomenda o CPC 33 (R2), que após avaliação e análise concluiu que atualização dos valores (correção monetária mais juros) está contemplada no Termo de Adimplemento firmado entre as partes, ratifica-se que o valor contratado da dívida foi apurado mediante cálculos atuariais oriundos da aplicação de bases técnicas consistentes e tecnicamente fundamentadas, auditadas por consultoria externa e que os valores e parâmetros que compõem a planilha de acompanhamento foram recalculados e na conclusão do

seu relatório – Parecer Atuarial, acerca do cálculo da dívida da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), patrocinadora do Plano de Benefícios da Conab, junto ao Instituto de Previdência Complementar - Cibrius, atesta a sua pertinência e que a planilha de controle da dívida se encontra corretamente parametrizada, os valores ali incluídos, em particular os percentuais de variação mensal do INPC, estão corretamente reproduzidos, as parcelas mensais atualizadas e o saldo devedor estão, corretamente apurados, de forma que a dívida contratada está sendo, até o momento, efetivamente e adequadamente refletida na mencionada planilha de controle sendo também supervisionada pela Auditoria - Geral da Conab, por meio de Nota Técnica Nº 3, de 29/4/2020, que registra sua aprovação quanto “à regularidade dos cálculos apresentados, tendo por base o valor apresentado no Termo de Adimplemento assinado pelas duas entidades”.

A empresa de Consultoria Atuarial contratada, para validar o cálculo da dívida e, também, calcular das provisões atuariais dos três Planos, de acordo com a deliberação CVM nº 695/12 e Pronunciamento CPC 33 (R2), concluiu no item Considerações Finais, no Relatório Técnico emitido para cada plano de previdência, na posição de 31/12/2019, que procedeu o cálculo e a avaliação atuarial dos Planos de Benefício Conab Prev., Plano de Benefício Conab Saldado e Plano de Benefício Conab, que o montante do passivo registrado na contabilidade da patrocinadora é suficiente para honrar os compromissos junto ao Instituto de Previdência Complementar – Cibrius, não restando, por conseguinte, necessidade de provisão nas demonstrações contábeis da Conab, em conformidade ao CPC 33 (R2), não trazendo, nenhum impacto financeiro ao resultado econômico da Conab.

A propósito, cumpre registrar que o Cibrius administra três planos de benefícios: Plano Conab, código CNPB nº 19.790.007-19; Plano Conab Saldado, código CNPB nº 2015001492 e Plano ConabPrev, código CNPB nº 2015001311.

Os Planos Conab e Conab Saldado, constituídos na modalidade de benefício definido (BD) estão fechados para novas adesões. Somente o Plano ConabPrev, de contribuição definida (CD), está aberto para novos entrantes. Os citados Planos recebem contribuições normais mensais das patrocinadoras e dos participantes de forma paritária, obedecendo a legislação pertinente.

Para melhor entendimento da questão na linha do tempo, cumpre destacar que, em dezembro de 2015, após as autorizações dos órgãos competentes (Secretaria do Tesouro Nacional – STN, Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA), foi implementado o processo de saldamento do Plano de Benefícios Conab (plano de origem), criando o Plano Conab Saldado e o Plano ConabPrev. Observe-se que o Plano Conab ainda está ativo, visto que remanesce pequeno número de participantes que não migraram para os dois outros planos.

O mencionado processo de saldamento apurou insuficiência atuarial do antigo Plano Conab, cabendo à Conab, na condição de patrocinadora, a importância de R\$ 691.556.mil, assim distribuídos: R\$ 426.309 mil decorrentes dos reflexos das disposições contidas na Lei 8.020/1990 e R\$ 265.217 mil, referente à paridade contributiva contida no § 1.º do art. 6.º da Lei Complementar 108/2001. Coube aos participantes a importância de R\$ 265.217 mil, a qual foi paga integralmente (deduzida das reservas técnicas de cada participante) por ocasião da migração para os novos planos.

Para dar início ao pagamento do aludido déficit, a Conab e o Cibrius formalizaram, em 22.03.2016, Contrato de Confissão e Parcelamento de Dívida Relativo aos Planos de Benefícios, o qual previa o pagamento da dívida em 228 parcelas consecutivas com vencimento da 1.ª em 60 dias após a assinatura. Contudo, a validade do contrato foi questionada pelo MAPA e pela Secretaria de Orçamento e Finanças - SOF, sob a alegação de descumprimento do § 4.º do art. 1.º da Lei nº 9.469/97.

Iniciou-se, a partir daí, as tratativas entre os órgãos competentes para assinatura de contrato substitutivo, sendo que tais tratativas estavam em curso na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal da Advocacia-Geral da União – CCAF/AGU.

No dia 28/08/2019, a Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento assinou Despacho Decisório autorizando a Conab a celebrar o acordo com o Cibrius para adimplemento da dívida apurada em avaliação atuarial nos termos do instrumento apresentado pela CCAF/AGU.

Em novembro/2019, foi concluído o processo de conciliação instaurado na CCAF/AGU com a autorização do MAPA, aprovação da Consultoria-Geral da União - CGU e homologação do Termo de Conciliação por parte da Advocacia-Geral da União - AGU, propiciando razoável segurança jurídica quanto aos aspectos formais dos instrumentos contratuais firmados entre Conab e Cibrius, Termo de Adimplemento, que substituiu o contrato original, em que a Conab, na condição de patrocinadora, se compromete a pagar o valor acordado de R\$ 990.626 mil (montante inicial atualizado até novembro/2019 pela aplicação do INPC/IBGE e de taxa de juros de 5% a.a.), com um aporte inicial de R\$ 80.311, mil em dezembro/2019 e o saldo remanescente em 228 (duzentas e vinte e oito) parcelas mensais a partir de janeiro/2020, tendo sido mantidas as demais cláusulas do contrato anterior.

No transcorrer das tratativas para a contratação das insuficiências atuariais do serviço passado, a Secretaria do Tesouro Nacional - STN, em face do posicionamento do Mapa, sugeriu que, se fosse o caso, a contratação de auditoria atuarial para validação dos cálculos dos débitos de responsabilidade da patrocinadora e dos participantes. Em face das restrições orçamentárias e o tempo exigido para o processo licitatório no contexto da Lei 8.666/93, a Conab solicitou ao Cibrius a realização do processo de contratação, na condição de que a Auditoria interna da Conab fizesse o acompanhamento, pari passu, de todas as etapas do contrato, que resultou na emissão da Nota Técnica Audin Nº 05/2017 (corroborando com a posição da auditoria atuarial que atestou a correção do cálculo elaborado anteriormente). A Nota Técnica da Auditoria foi encaminhada à Diretoria de Cálculos e Perícias – DPC da Advocacia-Geral da União – AGU, por meio do Ofício Presi/Conab Nº 126, de 20/03/2017.

Em 07/02/2022, a Conab assinou contrato com a empresa Assistants Assessoria Consultoria e Participações Ltda., para prestação de serviços de consultoria atuarial para os exercícios de 2021 a 2025, acerca dos planos de previdência patrocinados pela Conab junto ao Instituto de Previdência Complementar – Cibrius. Os serviços devem abranger a elaboração de relatórios atuariais, conforme discriminados abaixo:

a) Efetuar, anualmente, os cálculos atuariais dos benefícios patrocinados pela Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, na forma da Deliberação CVM nº 695, de 13 de dezembro de 2012 e do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R2), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis;

b) Elaborar relatórios atuariais semestrais referente à Resolução CGPAR nº 38, de 04 de agosto de 2022, exigidas pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e Administração de Participações Societárias da União – CGPAR e das normas da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC;

c) Elaborar relatórios atuariais anuais referente à Resolução CGPAR nº 37, de 04 de agosto de 2022, exigidas pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e Administração de Participações Societárias da União – CGPAR e das normas da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

21.2 Serviço de Assistência à Saúde - SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, Código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e pelo Tesouro Nacional, com participação financeira do empregado, no percentual de cinquenta por cento, do total do gasto consigo e seus dependentes típicos e atípicos, mediante desconto em folha de pagamento.

Nos casos em que a participação financeira do usuário ultrapassar o limite de dez por cento de sua margem consignável, o desconto em folha limitar-se-á a esse valor e o saldo remanescente descontado nos meses subsequentes, até a liquidação do total do débito, conforme capítulo VIII, inciso III, item 5, da norma citada.

Nota 22. Repasses e Termos de Execução Descentralizada – TED

Relativamente às transferências financeiras, no período de janeiro a junho/2023, foram recebidos os totais de R\$46.673 mil, para execução no exercício corrente e R\$125.491 mil, para pagamento de Restos a Pagar, conforme segue:

Para atender o Programa para Formação de Estoques da PGPM e Mercados de Opções e despesas com a manutenção dos estoques, foi recebido da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração/MDA, o total de R\$33.000 mil, para a Ação 2130 – Formação de Estoques Públicos, para execução no exercício corrente e R\$55.500 mil, para pagamento de Restos a Pagar.

Para atender a Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade – PGPM-Bio, foi recebido da Secretaria de Política Agrícola – SPA/MAPA, o total de R\$6.000 mil, para pagamento de Restos a Pagar.

Para garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários, foi recebido da Secretaria de Política Agrícola/Mapa, o total de R\$500 mil, para pagamento de Restos a Pagar.

Do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA, foi recebido o valor R\$100 mil, para pagamento de Restos a Pagar, referente ao Termo de Cooperação MAPNSAF e Conab, que tem como propósito desenvolver ações integradas na gestão e na operacionalização do Programa da Agricultura Familiar – PAA.

Da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional/ MDS, foi recebido o valor de R\$49.983 mil, para pagamento de Restos a Pagar e R\$1.738 mil, para execução no exercício corrente, destinados a aquisição de alimentos da agricultura familiar e a distribuição gratuita desses alimentos a entidades da rede socioassistencial, educação, saúde e as demais, previstas na legislação do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.

Foi recebido também da mesma Secretaria, o valor de R\$13.408 mil, referente recursos oriundos de emendas parlamentares, para Restos a Pagar.

Para aquisição e disponibilização de alimentos a famílias pertencentes a Grupos Populacionais Tradicionais Específicos (ADA) em situação de insegurança alimentar e nutricional, foi recebido do Ministério da Cidadania – Segurança Alimentar e Nutricional – SEISP, o total de R\$11.935 mil, para execução no exercício corrente.

Brasília - DF, 05 de setembro de 2023.

JOÃO EDEGAR PRETTO
Diretor-Presidente

ROSA NEIDE SANDES DE ALMEIDA
Diretora-Executiva Administrativa, Financeira e de Fiscalização

SÍLVIO ISOPPO PORTO
Diretor-Executivo de Política Agrícola e Informações

LENILDO DIAS DE MORAIS
Diretor-Executivo de Gestão de Pessoas

THIAGO JOSÉ DOS SANTOS
Diretor-Executivo de Operações e Abastecimento

ELINALDO JOSÉ DA ROCHA
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC DF 025579/O-7 CPF:***.269.501-**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2º trimestre de 2023

Aos
Diretores e Administradores da
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB
Brasília-DF

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, da COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB (“Companhia”), referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação

de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo naquela data, de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34, e apresentadas de forma condizente com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Avaliação da Mensuração da Obrigação Atuarial conforme nota 21, na determinação da mensuração das obrigações de benefícios pós-emprego a empregados (plano de pensão com benefício definido e outros), são utilizadas diversas premissas atuariais sensíveis e valor justo dos ativos do plano, o que, devido ao grau de julgamento inerente ao processo de determinação destas premissas, deve ser enfatizado que alterações nas premissas podem resultar em impactos relevantes nas obrigações relacionadas ao plano de benefício definido.

Outros Assuntos**Demonstrações Intermediárias do Valor Adicionado**

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi ela-

borada, em todos os aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Curitiba, 5 de setembro de 2023.

Paulo Sergio da Silva
Contador - CRCPR No 029.121/O-0 S-DF

Marlos Nanoni Reinert
Contador CRCPR No 050.998/O-9 S-DF
CONSULT – AUDITORES INDEPENDENTES
CRC/PR No 2906/O-5